

OPINIÃO

O PAC vai levar o Brasil ao desenvolvimento?(*)



Paulo Afonso Burmann, 48 anos, professor do Departamento de Odontologia Restauradora

"Em termos de desenvolvimento, uma das coisas que mais me preocupa é o desenvolvimento social da população. Há algumas necessidades básicas que precisam ser atendidas antes de se propor um projeto de

desenvolvimento econômico no país. Nós temos graves problemas nas áreas da saúde, da educação e da segurança pública. O país precisa acelerar o seu desenvolvimento econômico. Acho que o setor primário precisa ser amparado pelo novo programa de desenvolvimento. Nós já estamos curtidors dessas propostas milagrosas de desenvolvimento do país, que vêm se sucedendo governo após governo. Nós temos verificado algumas melhoras muito tímidas na área social, mas vamos convir que há uma necessidade marcada que os avanços que tivemos não se fizeram sentir de uma forma significativa. Portanto, precisamos realmente acreditar que possamos ter um crescimento, sempre otimistas, mas a história que vivemos aponta no sentido contrário."

Orlando Martinelli, 47 anos, professor do Departamento de Ciências Econômicas



"Há dois planos em que a gente pode pensar neste momento. No primeiro plano, diz respeito a trazer para o debate a esfera produtiva, e não deslocar de certa medida à esfera financeira (o plano financeiro e monetário da economia). Nesse sentido, os atores produtivos, que representam o capital produtivo (os empresários, principalmente), passam a ter um respaldo maior na esfera governamental. Nesse momento, eu acho que essa colocação do PAC é importante. No segundo plano, o PAC tem fôlego curto. Nas suas principais formulações, ele não contempla uma série de políticas industriais e tecnológicas, que poderia num médio e longo prazo trazer um novo redimensionamento da matriz produtiva brasileira. O programa trata uma indústria mais antiga, da matriz produtiva como infra-estrutura, energia e transportes. A experiência internacional mostra que os países que obtiveram maior taxa de crescimento e desenvolvimento econômico e social nos últimos anos, redimensionaram essa matriz para setores que agregam maior valor, indústrias que geram maior riqueza. Isso aumenta o excedente econômico e conseqüentemente, no plano político, distribui esse excedente para a sociedade. Sem uma nova articulação, uma formulação política, industrial e tecnológica que redimensione essa matriz produtiva para setores mais dinâmicos, o PAC no máximo dará um impulso inicial, mas não terá fôlego."

* PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

FOTOS: ADRIANA GARCIA

Servidores lançam campanha salarial

Apesar das dificuldades de reajustes salariais a partir do que está previsto no Programa de Aceleração do Crescimento, as diversas categorias que compõem o funcionalismo público federal se preparam para o lançamento da campanha salarial de 2007. No dia 4 e 5 de fevereiro houve reunião, em Brasília, quando entidades como CONDSEF, Unafisco, Fenajufe, entre outras, promoveram um seminário para discutir a "reforma do estado e a campanha salarial de 2007." Foram expositores representantes do DIEESE, Conlutas e CUT, que avaliaram o tema "Orçamento/PAC".

No dia 5 de fevereiro, o debate foi sobre a construção da campanha salarial pelas entidades que compõem a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores (CNESF). Foram aprovados os seguintes pontos:

- 1) Política salarial com incorporação das gratificações e reposição salarial correspondente ao período de 1995 a 2006.
- 2) Reajuste anual com base na inflação mais percentual de ganho real.
- 3) Correção das distorções nas carreiras.
- 4) Isonomia salarial com definição de piso.
- 5) Data base 1º de maio.
- 6) Retirada do PAC da proposta de despesa com pessoal.

7) Isonomia dos benefícios pelo valor mais alto.

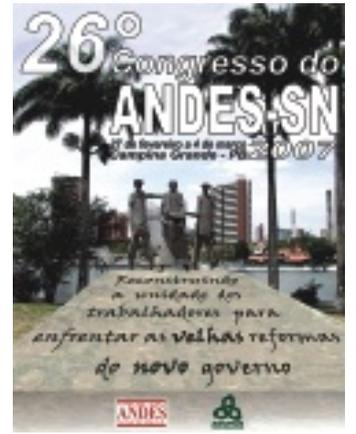
8) Fim das terceirizações e contratos temporários com abertura de concursos públicos e abertura de novas vagas.

9) Negociação coletiva.

10) DPC/planos de carreira.

11) Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

A campanha salarial reunindo o funcionalismo federal também será abordada dentro da discussão do plano de lutas do ANDES-SN, a ser avaliado no 26º Congresso, em Campina Grande. O tema da campanha salarial, tanto de professores das federais, como dos demais segmentos dos servidores públicos, está na preocupação central do evento da Paraíba, que tem como título: "Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo". O lançamento da campanha salarial dos SPFs será no dia 15 de março, 24h após a plenária do setor, em Brasília.



Cartaz do Congresso da ANDES de Campina Grande (PB)

Universidade Nova?

Conforme notícia publicada no jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro, o Ministério da Educação (MEC) quer abrir mais 680 mil vagas nas universidades federais até 2012, o que representa um crescimento de 117%. A expansão está prevista no pacote educacional que o presidente Lula lançará em março, acompanhada de mudanças nas instituições federais. A idéia é estabelecer metas para serem cumpridas pelas instituições, substituir o vestibular tradicional pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e exigir a adoção de ações afirmativas (como as cotas) para ampliar o acesso de pobres, negros e índios ao ensino superior.

Em contrapartida, o MEC acena com o repasse adicional de R\$ 3,75 bilhões às universidades nos próximos cinco anos, além do orçamento atual, para a construção de prédios, a compra de equipamentos e a contratação de pessoal para as unidades que aderissem ao programa, batizado de 'Universidade Nova'.

As medidas constam em minuta de decreto presidencial elaborada pelo MEC e distribuída a reitores. Além do salto de matrículas - de 579 mil, em 2005, para 1,26 milhão, em 2012 - as universidades teriam que melhorar seus indicadores de produtividade. A minuta do MEC estipula duas metas: 90% dos alunos ingressantes teriam que concluir o curso (a taxa mais recente, de 2004, é de apenas 60%) e o número de estudantes por professor teria que subir para 18 (a proporção era de 9,8 por professor em 2004).

AUTONOMIA- Como as universidades têm autonomia e o governo não pode impor esse tipo de mudança em seu funcionamento, o MEC quer induzir a transformação mediante a liberação de recursos. A proposta prevê a liberação de R\$ 1,97 bilhão em cinco anos para investimentos, como a construção de prédios e a compra de equipamentos e mobiliário. Isso equivale a 6,5 vezes mais do que os

R\$ 299,5 milhões repassados para a mesma finalidade em 2006.

A proposta condiciona a liberação dos recursos adicionais à assinatura de um termo de cooperação. As regras seriam estipuladas em editais lançados pelo MEC. O decreto contém as linhas gerais do novo modelo de ensino superior que o governo quer implantar nas universidades, prevendo avaliações anuais para verificar se as metas estão sendo atingidas e as diretrizes, seguidas.

REITORES- Para aderir ao programa, as instituições teriam de abandonar o atual modelo de vestibular, que seleciona os alunos para um curso específico. O decreto recomenda a substituição pelo Enem, teste já adotado para selecionar bolsistas do programa Universidade para Todos (ProUni). Outra exigência é a adoção de ações afirmativas, o que pode incluir a reserva de vagas e a fixação de cotas para estudantes de escolas públicas ou negros e índios.

A proposta divide opiniões entre reitores das universidades federais. O vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Lucio José Botelho, que é reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, acha que o governo deve discutir o projeto com a comunidade acadêmica antes de incluí-lo no pacote educacional. "Precisamos sim de uma revisão séria, com democratização de acesso e aumento de vagas. Mas gostaríamos de ver resolvida antes a nossa pauta histórica de autonomia universitária, reposição de professores e plano de saúde para servidores e professores", diz o reitor. O projeto de reforma universitária, que trata da autonomia, e a proposta do regime de cotas para alunos da rede pública, negros e índios, ambos enviados pelo governo ao Congresso no primeiro mandato de Lula, estão parados na Câmara.

"Queremos primeiro resolver nossa pauta histórica"

Lucio Botelho, da Andifes